Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIP PING

10 e 11 de OUTUBRO 2018

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Precedentes podem ajudar a reduzir morosidade na justiça, diz Ávila

09/10/2018 - 08h00

TWEETAR COMPARTILHAR

A mesa do primeiro painel do workshop foi composta pela diretora-executiva do DPJ/CNJ, Gabriela Soares, pelo conselheiro Henrique Ávila, pelo ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e pelo pesquisador do DPJ/CNJ Lucas Delgado. FOTO: Gil Ferreira/Agência CNJ

Os precedentes judiciais estão entre as melhores alternativas para reduzir a morosidade da Justiça no Brasil. Esta é a opinião do conselheiro Henrique Ávila, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o II Workshop sobre procedimentos administrativos da Resolução CNJ n. 235/2016, na sede do STJ, em Brasília. "O Brasil tem os juízes mais produtivos do mundo. Entretanto, a morosidade ainda é algo que enfrentamos. Temos de resolver esse problema com gestão e os precedentes são uma boa solução", declarou o conselheiro.

Dados do Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ) do CNJ mostram que o número absoluto de temas discutidos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) chega a 990 de recurso especial repetitivo e 996 temas de repercussão geral. Há cerca de 68 mil processos sobrestados por mais de um tema de recurso repetitivo, 158 mil processos sobrestados por mais de um tema de repercussão geral e mais de 218 mil processos sobrestados por mais de um tema de recurso repetitivo e repercussão geral ao mesmo tempo.

"Os dados apontam para uma realidade bastante complexa e de difícil gerenciamento por parte dos tribunais uma vez que a solução do mérito de um tema ao qual um determinado processo está vinculado não necessariamente representa a possibilidade de seu julgamento definitivo porquanto um outro tema sobre ele incidente pode permanecer pendente de decisão" afirmou Lucas Delgado, pesquisador do DPJ do CNJ, também palestrante na tarde de ontem.

Na visão do ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), padronizar as sentenças é uma tarefa difícil pois envolve entendimentos particulares de cada magistrado. "É um dilema entre a liberdade jurisdicional do magistrado e a vontade da corte superior", disse. "É um exercício de humildades para os juízes", completou.

A secretária-geral da Presidência do STF, Daiane Lira, apresentou o projeto Victor, um sistema que está sendo desenvolvido pela instituição para identificação dos temas de repercussão geral e que será disponibilizado para todos os tribunais. "Hoje demoramos meses para fazer essa identificação. Com o Victor, será em 5 segundos", afirmou. "A repercussão geral é uma das prioridades da gestão do ministro Dias Toffoli e estamos fazendo um plano de ação para mitigar o problema", disse a secretária. Entre as ações estão a priorização das pautas de julgamento, o uso do plenário virtual, a reavaliação dos temas mais antigos e outros.

O II Workshop "Repercussão geral, casos repetitivos e incidente de assunção de competência" continua nesta terça-feira (9/10), com painéis pela manhã e a plenária final, à tarde. O objetivo do evento é promover troca de experiências entre os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos tribunais de todo o país, fomentando o debate sobre o funcionamento do sistema de julgamento de demandas repetitivas e de produção de precedentes judiciais consolidado pelo Código de Processo Civil de 2015. A programação pode ser acessada aqui.

Paula Andrade
Agência CNJ de Notícias

Começam audiências no caso de pastores

A primeira audiência para ouvir testemunhas no caso dos dois irmãos mortos em um incêndio em Linhares, será realizada hoje em Vitória. Joaquim Alves Salles, de 3 anos e Kauã Salles Butkovsky, de 6 anos, morreram em um incêndio no dia 21 de abril deste ano em Linhares.

O pai de Joaquim e padrasto de Kauã, Georgeval Alves Gonçalves, de 36 anos, foi acusado pelo Ministério Público do Estado de estuprar, agredir e colocar fogo nas crianças. Ele foi preso uma semana após o crime.

A mãe das crianças, a pastora Juliana Salles, também foi presa, acusada de omissão aos abusos que os filhos sofriam.

A partir de hoje, serão ouvidas testemunhas de acusação, como o comerciante Rainy Butkovsky, de 31 anos, pai de Kauã, e Marlúcia Butkovsky, avó do menino.

A oitiva começa às 13 horas, na 1ª Vara Criminal, no Centro de Vitória. Outra audiência de instrução do caso será realizada no próximo dia 23, em Linhares.

De acordo com o juiz responsável pelo processo, André Bijos Dadalto da 1ª Vara Criminal de Linhares, ao todo, serão ouvidas 36 testemunhas de acusação. O juiz explicou que nem todas as pessoas serão ouvidas na audiência do dia 23, já que muitas testemunhas não residem na cidade de Linhares.

"As testemunhas que não moram em Linhares serão ouvidas por meio de carta precatória. Um juiz as ouvirá e me encaminhará o relatório", explicou o magistrado.

Bijos acredita que pelo menos 15 pessoas serão ouvidas no dia 23.

"Depois que eu ouvir essas pessoas, marcarei uma nova data para terminar de ouvir as demais testemunhas de acusação. Finalizando as testemunhas de acusação, darei início às oitivas de defesa, mas ainda não tenho uma data ao certo para ouvi-las", disse o juiz.

Muito emocionada, a avó de Kauã conversou com a reportagem e contou que toda a família segue na expectativa pela audiência. Ela disse que o pai do menino, Rainy, chegou a passar mal por saber que terá de relembrar o que o filho viveu.

"Estamos todos ainda muito abalados, porque ninguém aceita perder alguém que a gente ama. Mas estamos também todos esperançosos, acreditando que a justiça será feita. O Rainy até passou mal hoje (ontem). Acredito que é por saber que terá de relembrar de todo o sofrimento do meu neto", relatou a avó de Kauã.

KAUÃ E JOAQUIM morreram em incêndio no dia 21 de abril deste ano

Ao chegar em audiência, perito reafirma que morte de irmãos em Linhares não foi acidente

Audiência acontece nesta quarta-feira (10), na 1ª Vara Criminal de Vitória. Ela não é aberta ao público porque o caso corre em segredo de Justiça.

Por Naiara Arpini e Daniela Carla, G1 ES e TV Gazeta

10/10/2018 17h14 · Atualizado há 23 horas

O perito do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Ferrari, reafirmou que o incêndio que matou os irmãos Joaquim e Kauã, em Linhares, não foi um acidente.

Ele é uma das testemunhas ouvidas na **primeira audiência sobre o caso, que acontece nesta quarta-feira (10), em Vitória**.

Ele falou sobre o caso ao chegar à 1º Vara Criminal da capital.

Além dele, devem prestar depoimento ainda nesta audiência o pai e a avó de Kauã.

A audiência não foi aberta ao público porque o caso corre em segredo de justiça.

O pai e a avó de Kauã, Rainy Butkovsky e Marlucia Aparecida, chegaram às 13h20, mas não falaram com a imprensa.

Já o perito chegou mais cedo. À imprensa, ele disse que apesar de o caso ser complexo, o trabalho feito pela perícia conseguiu chegar a uma "conclusão definitiva".

"Não há outra hipótese que explica tudo que aconteceu, que consegue casar todos os dados e informações coletados, que não seja uma ação pessoal", disse.

Audiência

A primeira audiência do caso que apura a morte dos irmãos Joaquim e Kauã, em um incêndio em Linhares, acontece nesta quarta-feira (10) na 1ª Vara Criminal de Vitória.

A previsão é de que sejam ouvidos o pai e a avó de Kauã, além de peritos da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros que estiveram na casa depois do incêndio e que participaram das investigações que apontaram o pastor Georgeval Alves, pai e padrasto das crianças, como o responsável pelas mortes.

Uma outra audiência está marcada para acontecer neste mês, no dia 23.

- **Veja o que se sabe sobre as mortes de Kauã e Joaquim**

Mortes

As crianças morreram em um incêndio no dia 21 de abril, em Linhares. **Georgeval, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, foi acusado de estuprar, agredir e queimar as crianças**. Já a esposa dele Juliana foi presa porque, segundo o juiz, **foi omissa e sabia dos abusos que as vítimas sofriam**.

- **Veja a cronologia da tragédia em Linhares**
- **Veja, ponto a ponto, o que levou à prisão de pastora**

Segunda audiência vai ter depoimento de pastores

A audiência do dia 23 de outubro deve acontecer no Fórum de Linhares e será a primeira vez que Geogerval e a esposa Juliana Salles vão ficar frente a frente depois que foram presos.

Procurados, os advogados que fazem a defesa do casal não atenderam nossas ligações.

Mãe das crianças também está presa

A ordem de prender a pastora partiu do juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares. De acordo com a decisão, Juliana sabia dos desvios de caráter do marido, e mesmo assim apoiava os planos dele de se promover na igreja.

- **Pastora virou ré porque foi omissa, diz promotora**

Para o Ministério Público, assassinar os próprios filhos estava nos planos do casal. Seria uma tragédia a ser usada pelo pastor para se promover na igreja.

"O pastor George, em parceria com a pastora Juliana, buscava uma ascensão religiosa e aumento expressivo de arrecadação de valores por fiéis e, para esta finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor", diz a decisão.

Juliana também estava ciente sobre as diferenças de tratamento que George dava para os filhos e o enteado. A decisão diz que George deixava faltar alimento, medicamento e atendimento médico para as crianças.

- **Veja o plantão de últimas notícias do G1 Espírito Santo**

Em audiência da morte de irmãos, pai e avó de Kauã falam da relação do menino com pastores no ES

Primeira audiência sobre o caso acontece nesta quarta-feira (10), na 1ª Vara Criminal de Vitória. Ela não é aberta ao público porque o processo corre em segredo de justiça.

Por G1 ES e TV Gazeta

10/10/2018 21h39 · Atualizado há 18 horas

O pai e a avó do menino Kauã Salles Butkovsky, de seis anos, prestaram depoimento nesta quarta-feira (10) em uma **audiência que apura a morte da criança e do irmão, Joaquim Salles Alves**, de três, **em um incêndio em Linhares**, no Norte do Espírito Santo.

Na saída, eles disseram que foram perguntados sobre a relação do menino com a mãe, Juliana Salles, e o padrasto, o pastor Georgeval Alves, que são os acusados pelas mortes. O casal está preso.

- **Veja o que se sabe sobre as mortes de Kauã e Joaquim**

Esta é a primeira audiência do caso e aconteceu na 1ª Vara Criminal de Vitória. Ela não foi aberta ao público porque o processo corre em segredo de justiça.

O pai de Kauã, Rainy Butkovsky, foi ouvido durante aproximadamente um hora e deixou a audiência por volta das 17h50. Às 18h30, a avó de Kauã, Marlucia Aparecida, também deixou o local.

Ela disse que as perguntas giraram em torno o relacionamento dos acusados com as crianças, e se emocionou.

"Pelo que a gente convivia, não tinha como perceber se tinha alguma coisa por trás. Se eu soubesse, meu neto estaria vivo, não estaria morto", disse Marlucia.

Além deles, também prestaram depoimento peritos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil que estiveram na casa depois do incêndio e que participaram das investigações que apontaram o pastor George como o responsável pelas mortes.

Ao chegar, o perito do Corpo de Bombeiros tenente coronel Ferrari disse que apesar de o caso ser complexo, o trabalho feito pela perícia conseguiu chegar a uma "conclusão definitiva".

"Não há outra hipótese que explica tudo que aconteceu, que consegue casar todos os dados e informações coletados, que não seja uma ação pessoal", disse.

Mortes

As crianças morreram em um incêndio no dia 21 de abril, em Linhares. **Georgeval, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, foi acusado de estuprar, agredir e queimar as crianças**. Já a esposa dele Juliana foi presa porque, segundo o juiz, **foi omissa e sabia dos abusos que as vítimas sofriam**.

- **Veja a cronologia da tragédia em Linhares**
- **Veja, ponto a ponto, o que levou à prisão de pastora**

Segunda audiência vai ter depoimento de pastores

A audiência do dia 23 de outubro deve acontecer no Fórum de Linhares e será a primeira vez que Geogerval e a esposa Juliana Salles vão ficar frente a frente depois que foram presos.

Procurados, os advogados que fazem a defesa do casal não atenderam nossas ligações.

Mãe das crianças também está presa

A ordem de prender a pastora partiu do juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares. De acordo com a decisão, Juliana sabia dos desvios de caráter do marido, e mesmo assim apoiava os planos dele de se promover na igreja.

- **Pastora virou ré porque foi omissa, diz promotora**

Para o Ministério Público, assassinar os próprios filhos estava nos planos do casal. Seria uma tragédia a ser usada pelo pastor para se promover na igreja.

"O pastor George, em parceria com a pastora Juliana, buscava uma ascensão religiosa e aumento expressivo de arrecadação de valores por fiéis e, para esta finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor", diz a decisão.

Juliana também estava ciente sobre as diferenças de tratamento que George dava para os filhos e o enteado. A decisão diz que George deixava faltar alimento, medicamento e atendimento médico para as crianças.

GERAL

Criança que teve braço amputado em acidente será indenizada em R$ 250 mil e terá pensão vitalícia

A empresa terá que pagar a indenização e, além da pensão vitalícia, a menor também deverá ser ressarcida por danos materiais

Redação Folha Vitória

10 de Outubro de 2018 às 21:24
Atualizado 10/10/2018 21:24:21

Uma empresa de transporte rodoviário foi condenada a pagar uma indenização de R$ 250 mil a uma criança que, em razão de um acidente do qual foi vítima, teve um braço amputado. A decisão é da juíza da 3ª Vara Cível de Vila Velha, Marília Pereira de Abreu Bastos.

De acordo com os autos, o ônibus seguia de Vitória para Porto Seguro quando, próximo ao trevo de Mucuri, na divisa do Espírito Santo com a Bahia, se envolveu no acidente que ocasionou o tombamento do veículo e culminou com a lesão corporal grave na criança, à época com oito anos de idade.

Para a magistrada, os danos morais ocorreram, em virtude de que, no caso, não se trata apenas de dores físicas, "mas sim das angústias quanto às dores psicológicas advindas da amputação de um membro e da adaptação a esse novo estado, dificultada em razão da idade da autora", destacou a juíza, ao concluir pela condenação da empresa requerida ao pagamento de R$ 200 mil por danos morais e de R$ 50 mil por danos estéticos.

"Em casos como o presente, considerando que a autora foi submetida a cirurgia, com a consequente amputação do braço, reduzindo em 70% (setenta por cento) a sua capacidade para o trabalho, bem como todos os transtornos narrados na exordial, se mostra razoável e suficiente a fixação da indenização pelos danos morais em R$200.000,00 (duzentos mil reais) e os danos estéticos em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)", destacou a Juíza.

Com relação aos danos materiais, a juíza entendeu que a empresa requerida deve custear todas as despesas com próteses e medicamentos da autora, bem como ressarcir as despesas decorrentes do tratamento da mesma.

Em sua sentença, a Juíza Marília Pereira de Abreu Bastos decidiu, ainda, que a empresa deve incluir a autora em sua folha de pagamento, com a pensão mensal e vitalícia no valor de um salário-mínimo.

acidente pensao indenizacao vila-velha decisao tjes espirito-santo

Justiça vai ouvir Georgeval e Juliana no próximo dia 23

No próximo dia 23, o pastor Georgeval Alves e a esposa Juliana Alves serão ouvidos pela Justiça pela primeira vez após a morte dos filhos, em um incêndio ocorrido em Linhares, em abril deste ano. A Justiça começou a ouvir ontem as primeiras testemunhas da morte dos irmãos Kauã Salles, de 6 anos, e Joaquim Salles, de 3 anos.

Na audiência realizada ontem na 1ª Vara Criminal de Vitória, foram ouvidos Rainy Butkovsky, pai de Kauã, e Marlúcia Butkovsky, avó do menino. Peritos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, que investigam o caso, também prestaram depoimento. Como o caso tramita em segredo de Justiça, detalhes dos depoimentos não foram divulgados.

O pastor Georgeval Alves, pai de Kauã e padrasto de Joaquim, é acusado pelo MPES (Ministério Público do Espírito Santo), com base em laudos científicos da Polícia Civil, de ter agredido, estuprado e ateado fogo nas crianças. A mãe dos dois, a pastora Juliana Alves, também foi denunciada pelo MPES por omissão e cumplicidade no crime. Os dois estão presos.

Na audiência de instrução do próximo dia 23, que será realizada no Fórum de Linhares, serão ouvidas também 15 testemunhas. Nessa etapa do processo, são produzidas a maior parte das provas orais. ● TV CAPIXABA/METRO

IRMÃOS MORTOS EM LINHARES

"Tristeza e alívio", diz pai de Kauã

Rainy Butkovsky foi ouvido por juiz na primeira audiência do caso dos pastores George Alves e Juliana Salles, ontem, em Vitória

RAINY BUTKOVSKY disse que passou mal por ter de relembrar tudo o que Kauã Salles, 6 anos, e Joaquim Alves, 3 anos (destaques), passaram

Kananda Natielly

"É um momento de tristeza, mas, ao mesmo tempo, de alívio". Foi o que disse o comerciante Rainy Butkovsky, de 31 anos, pai de Kauã Salles Butkovosky, de 6 anos, na tarde de ontem, ao sair da sala da 1ª Vara Criminal de Vitória onde era realizada a audiência do caso dos irmãos mortos em um incêndio em Linhares.

O comerciante se referia ao sentimento que teve ao dar seu testemunho à Justiça. Os irmãos Joaquim Alves Salles, de 3 anos, e Kauã Salles Butkovsky, de 6 anos, morreram em um incêndio no dia 21 de abril deste ano.

O pai de Joaquim e padrasto de Kauã, Georgeval Alves, de 36 anos, conhecido como pastor George, foi acusado pelo Ministério Público do Estado de estuprar, agredir e colocar fogo nas crianças. Ele foi preso uma semana após o crime.

A mãe das crianças, a pastora Juliana Salles, também foi presa, acusada de omissão aos abusos que os filhos sofriam, e responde pelos mesmos crimes que George.

De acordo com o pai de Kauã, durante seu depoimento, que durou pelo menos uma hora, ele respondeu a perguntas sobre a convivência com Juliana e George.

Além dos questionamentos do juiz, o comerciante afirmou ter respondido a perguntas da defesa do casal de pastores.

"Não consigo entender como têm gente que consegue defender seres humanos tão frios que tiveram coragem de fazer o que fizeram. Mas ao mesmo tempo, tenho que entender o trabalho deles", disse.

Além de Rainy, também foram ouvidos na primeira audiência do caso, dois peritos da Polícia Civil, um bombeiro e a avó paterna de Kauã, a comerciante Marlúcia Butkovsky.

O bombeiro convocado para prestar depoimento na audiência, o tenente-coronel Ferrari, esteve no fórum na tarde de ontem e disse que estava ali apenas para contribuir com a Justiça.

"Acredito que fui convocado para ser ouvido como perito, uma vez que eu atuei no caso", disse.

De acordo com o juiz responsável pelo processo, André Bijos Dadalto da 1ª Vara Criminal de Linhares, outra audiência de instrução do caso será realizada no próximo dia 23, em Linhares.

"Prisão perpétua é pouco", diz avó

Ainda muito abalada pela perda do neto, a avó materna de Kauã Salles Butkovsky, de 6 anos, a comerciante Marlúcia Butkovsky, contou como está sendo o dia a dia sem a criança e afirmou que gostaria que os acusados da morte de seu neto ficassem presos para sempre. Ela foi ouvida pela Justiça na tarde de ontem, na 1ª Vara Criminal de Vitória, no centro da cidade.

Kauã e o irmão, Joaquim Alves Salles, de 3 anos, morreram em um incêndio no dia 21 de abril deste ano.

"Eu acho que 30 anos são pouco para tanta maldade com uma criança. Prisão perpétua é pouco para ele", disse a comerciante, se referindo a George Alves, pai de Joaquim e padrasto de Kauã, acusado pelo Ministério Público de estuprar, agredir e colocar fogo nas crianças.

MARLÚCIA Butkovsky, avó de Kauã

"Me perguntaram como que era o tratamento do George e da Juliana com meu neto. Só que fica difícil de falar. Se eu soubesse de algo, meu neto estava vivo", disse Marlúcia.

DEFESA

A defesa dos pastores George Alves e Juliana Salles, por meio da advogada Milena Freire, que esteve na audiência, disse que aceita as críticas feitas pelo pai de Kauã, entretanto, afirma que os advogados estavam no local para cumprir seu trabalho.

Cidades.

Editora: Daniella Zanotti ✉ dzanotti@redegazeta.com.br
WhatsApp: (27) 98135.8261 | Telefone: (27) 3321.8446
ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3321-8699

POLÍCIA MILITAR/DIGULGAÇÃO

Alexandre, flagrado pela câmera de segurança com arma, foi preso por tráfico depois de maior de idade e já está solto. Marcos Vinícius tem 12 detenções em sua ficha

| INSEGURANÇA |

BANDIDO QUE EXIBIU ARMA JÁ FOI PRESO 14 VEZES

Quando era menor, jovem foi detido e solto em 13 situações

EDUARDO DIAS
NATALIA BOURGUIGNON

Três bandidos flagrados ostentando armas à luz do dia no bairro São Benedito, em Vitória, já foram identificados pela Polícia Militar. E todos eles são velhos conhecidos das forças de segurança do Estado, com apreensões e prisões por inúmeros delitos. As imagens foram registradas nas primeiras horas da última segunda-feira (8), após a realização de uma festa clandestina conhecida como "Baile do Mandela".

Um dos criminosos identificados, Alexandre Costa Júnior, de 19 anos, já foi detido pela polícia e solto pela Justiça em 14 oportunidades. De acordo com dados da PM, 13 ocorrências dele aconteceram ainda na adolescência. Depois dos 18 anos, ele foi detido no dia 31 de maio deste ano, por tráfico e associação ao tráfico.

Entre atos infracionais durante a adolescência estão o tráfico de drogas, associação ao tráfico, tentativa de homicídio, roubo de veículo e porte ilegal de armas.

Nos vídeos divulgados pela PM, Alexandre Costa Júnior aparece com uma pistola na mão e em um dos momentos do vídeo aponta a arma para cima.

Outro suspeito flagrado nas imagens e que já foi detido várias vezes pela polícia é Marcos Vinícius Guimarães da Silva, de 21 anos. No vídeo, ele sorri com uma pistola em uma das mãos, caminhando com tranquilidade pela rua. Marcos Vinícius tem 12 detenções, apenas duas após ser maior de idade. As outras 10 foram atos infracionais quando era adolescente.

O terceiro identificado foi Jeferson da Hora Cordeiro, de 20 anos. Ele já foi detido quatro vezes durante a adolescência, por conta de tráfico de drogas. Após os 18 anos, ele foi detido no dia 18 de outubro do ano passado, enquadrado na Lei Maria da Penha.

Segundo a Polícia Militar, três homens que aparecem nas imagens ainda não foram identificados. Dois deles estão portando submetralhadoras, enquanto caminham pelas ruas do morro São Benedito.

"Esses traficantes armados estão ligados ao perfil peculiar de jovens que não estudam e não trabalham,

POLÍCIA MILITAR/DIGULGAÇÃO

irônicos, debochados, desprovidos de qualquer conceito familiar e aproveitam uma janela de oportunidade para ostentar o poder de fogo e intimidar a comunidade", explicou o comandante da Polícia Militar, coronel Alexandre Ramalho.

O comandante do 1º Batalhão da PM, coronel Geovânio Ribeiro, afirmou que os criminosos que aparecem no vídeo acabam voltando às ruas por brechas na legislação.

"É importante fazer uma análise (nos vídeos) porque a gente vê um dos indivíduos, identificado como Alexandre Costa Junior, esse rapaz foi preso por tráfico em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, e a última passagem dele foi dia 31 de maio de 2018. São 14 passagens desse indivíduo e outros qualificados estão ali também, o Jeferson da Hora Cordeiro, com passagem por 'Maria da Penha' e tem cerca de cinco, seis vezes passagem por tráfico. Ou seja, pessoas que são clientes nossas", ressalta o Ribeiro.

> *"São 14 passagens desse indivíduo (Alexandre). Outro (Jeferson) tem cerca de cinco, seis vezes passagem por tráfico. Ou seja, pessoas que são clientes nossas"*
>
> **GEOVÂNIO RIBEIRO**
> COMANDANTE DO 1º BATALHÃO DA PM

Jeferson da Hora Cordeiro (na moto e no destaque) já foi detido cinco vezes pela PM

OPORTUNIDADE

Segundo Ribeiro, as imagens dos criminosos armados foram feitas em uma "janela de oportunidade" devido às eleições, pelo policiamento ser reforçado nos locais de voto. "Nós brincamos de gato e rato. Eles (traficantes) já sabem que estaremos lá (em locais de votação), então ficam procurando essa janela de oportunidade, mas se o indivíduo é preso e logo depois solto, volta a agredir a sociedade. Nós gritamos por um sistema legislativo que evite que isso aconteça."

O secretário Nylton Rodrigues também falou sobre a situação. "O indivíduo tem 14 passagens, as 14 são por tráfico. Por que esse prende e solta? Por que a lei tão frouxa para crimes graves? Afinal de contas, quem ostenta uma metralhadora apontando para cima é um agressor da sociedade, esse cara tem que ficar atrás das grades, mas nós vamos prendê-lo e apreender essas armas como fizemos em Planalto Serrano", concluiu.

O secretário reforça que, no ano passado, foram apreendidas cerca de cinco mil armas em todo o Espírito Santo.

A GAZETA Pág. 04 - Cidades - 11 de outubro de 2018

| INSEGURANÇA |

ESPECIALISTAS: LEI PRECISA DE MUDANÇAS

Burocracia deveria ser menor para evitar prende e solta

LARA ROSADO
lrosado@redegazeta.com.br

O sentimento é de impunidade quando as pessoas descobrem que um bandido flagrado com uma arma na mão já tem 14 passagens pela polícia, como o rapaz flagrado pela câmera de segurança em São Benedito. Juristas explicam que, nesses casos, os criminosos podem não ter sido condenados ainda, ou estar cumprindo o regime semiaberto ou aberto. Também há aqueles em que a pena já foi cumprida, mas o acusado voltou ao mundo do crime. Especialistas dizem que para reverter essa situação a legislação precisa passar por uma mudança.

"Sobre os que estão sem condenação, é preciso lembrar que a liberdade é a regra. Prisão é exceção. Isso porque qualquer um pode ser acusado injustamente e é importante que se presuma a inocência até a sentença definitiva", afirma o professor de Direito Penal da FDV Israel Domingos Jorio.

Segundo Jorio, para um suspeito ficar preso enquanto não sai a condenação, é preciso provar que ele pode destruir provas, fugir, intimidar testemunhas ou comprometer a ordem pública ou a econômica. Para ele, o problema também é a demora dos processos que dá a sensação de impunidade.

"A pessoa tem tempo para cometer crimes e passar de novo pela polícia, antes de ser condenada e cumprir sua pena. Se a Justiça agisse mais rapidamente, o quadro seria outro."

O professor de Direito Penal da UVV André Palhano também defende que o processo deveria ser mais ágil. São inúmeros procedimentos diferentes previstos no Código Penal para cada tipo de crime até chegar na sentença e isso precisa ser modificado por lei. "Essa mudança tem que partir do legislativo, mas precisa ser muito bem estudada", explicou, acrescentando que a polícia também precisa ter mais agilidade na conclusão dos inquéritos.

ESTRUTURA

Outro ponto que pode ser mudado, na avaliação do professor de Direito da Ufes Ricardo Gueiros, é o tempo para progressão de regime. Se não for crime hediondo, a pessoa progride do fechado para o semiaberto (e depois para o aberto) com um sexto da pena. Segundo ele, há uma proposta de aumentar o tempo para um terço.

"Mas acho que só a mudança na legislação não basta. O Estado também tem seu papel", disse, acrescentando que no Espírito Santo não há presídios com estrutura de regime aberto e semiaberto que deveriam ter colônias agrícolas ou industriais e casas onde os presos deveriam se acomodar.

A sensação de impunidade também faz muitos questionarem se não seria necessária a redução da maioridade penal, uma vez que muitos bandidos, como o flagrado em São Benedito, cometem muitos crimes antes dos 18 anos. Os especialistas ouvidos pela reportagem são contra à mudança. "Não adianta colocar todo mundo na cadeia. Prefiro a construção de escolas do que penitenciárias", disse Palhano.

Patrulhamento
PMs em base móvel; eles vão permanecer no morro até domingo.
FOTO: Vitor Jubini

Base móvel e blitz para dar fim aos "bailes do Mandela"

O secretário estadual de Segurança Pública, coronel Nylton Rodrigues, informou as que uma base móvel da Polícia Militar, com cinco policiais, ficará na região de São Benedito, de domingo a domingo. O veículo ficará estacionado próximo à pracinha do bairro, local onde foram feitas as imagens da exibição de armas.

Mesmo com a presença diária e da base móvel, Nylton Rodrigues afirmou que às quintas e sextas-feiras, sábados e domingos serão realizadas blitze nas entradas do bairro. A intenção é acabar com a realização de eventos conhecidos como "baile do Mandela", que levam dezenas de pessoas ao bairro aos finais de semana. As imagens da manhã da última segunda-feira aconteceram logo após o fim de uma das festas.

"Constantemente nós impedimos que esses bailes funk, aqui em São Benedito, aconteçam. Vamos intensificar, não vai acontecer. Acabou a baderna, acabou a bagunça. Estamos dedicados, estaremos com recursos aqui para não permitir", disse Nylton.

> *"Acabou a baderna, acabou a bagunça. Estamos dedicados, estaremos com recursos aqui para não permitir"*
>
> **NYLTON RODRIGUES**
> SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

Nos próximos dias, o Batalhão de Patrulhamento de Áreas Elevadas da PM, especialista em atuar nos morros de Vitória, vai concentrar suas ações no bairro São Benedito.

O secretário de segurança também afirmou que a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) está priorizando a identificação dos indivíduos que aparecem nos vídeos e na localização das armas utilizadas.

O secretário acrescenta ainda que, por conta das eleições no último domingo, dia 7, e pela polícia ter focado o trabalho nos locais de voto, os traficantes aproveitaram a madrugada de domingo para segunda-feira, dia 8, para a realização de um baile funk.

"Os criminosos são covardes, mas vai ter resposta e a resposta já começa a ser dada hoje. Estamos dedicados, já foram dezenas de bailes que a PM e a Polícia Civil já impediram, mas vamos aumentar esse foco porque a população de bem dessa comunidade precisa estudar, trabalhar, acordar cedo. Nós vamos garantir essa tranquilidade", afirma.

Cidades

Decisão da Linha Verde sai na terça

A Justiça decidirá se a linha exclusiva para ônibus na avenida Dante Michelini, em Camburi, vai continuar ou não funcionando

Lucas Rezende

O futuro da polêmica Linha Verde que a Prefeitura de Vitória instalou na avenida Dante Michelini, em Camburi, será decidido na terça-feira.

É quando um colegiado de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado vai julgar o recurso de uma liminar sobre a linha exclusiva para ônibus e decidir se a faixa para ou não de funcionar.

Tudo começou com uma ação popular ajuizada por Licia Rezende, moradora de Vitória. Na ação, que ainda continuará em trâmite, ela disse que o projeto foi implantado sem debate com a população por meio de audiência pública e que a mudança tem gerado grande transtorno no trânsito.

O juiz Mário da Silva Nunes Neto concordou, dizendo que houve violação da lei por parte da Prefeitura de Vitória.

"O município não discutiu com a população o Projeto Linha Verde, sob o argumento de que a Dante Michelini não pertence a nenhum bairro e é um corredor metropolitano, como se não houvesse obrigação legal de fazê-lo. Deveria ter sido convocada audiências públicas para que fosse discutido o Plano de Mobilidade", diz a decisão.

O juiz também lembrou dos "intermináveis congestionamentos decorrentes da implantação do Projeto Linha Verde, não só na avenida Dante Michelini como também em todas as principais vias da capital."

A Linha Verde, então, chegou a ser suspensa em 21 de março. A prefeitura, no entanto, recorreu e obteve vitória. No dia 10 de abril, a faixa exclusiva voltou a funcionar.

THIAGO COUTINHO

A FAIXA exclusiva para ônibus funciona entre o píer de Iemanjá e o cruzamento da Dante Michelini com a Norte-Sul

RECURSOS

Agora, há dois recursos na Justiça: o da prefeitura para manter o projeto em funcionamento e o da moradora, para suspendê-lo. Os dois serão julgados em conjunto na próxima terça-feira.

Advogado que representa a moradora, Amarildo Santos lembra uma decisão do Tribunal de Justiça de 2012, que suspendeu o Plano Diretor Urbano de Vila Velha pelo mesmo motivo que hoje ele alega para suspender a Linha Verde: "o princípio da democracia participativa não foi obedecida", isto é, a realização de audiências públicas.

Amarildo Santos também se baseia na Lei nº 12.587, de 2012, que diz que a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada por audiências e consultas públicas, por exemplo.

O OUTRO LADO

Coletividade

A Prefeitura de Vitória disse que vai aguardar a decisão judicial antes de comentar. Mas reiterou que o projeto foi criado para beneficiar quem usa o transporte coletivo. E que a Linha Verde já mudou o comportamento de motoristas, que estão evitando usar a faixa da direita, dando preferência aos ônibus.

SAIBA MAIS

Faixa exclusiva chegou a ser suspensa

O projeto

> **A PREFEITURA** de Vitória apresentou o projeto da Linha Verde. A faixa exclusiva funciona entre o pier de Iemanjá e o cruzamento da Dante Michelini com a avenida Norte-Sul (sentido Jardim Camburi).
> **A EXTENSÃO** é de 3,8 quilômetros. A faixa exclusiva é a da direita, em função dos pontos de ônibus estarem nesse lado da pista.
> **A PREFEITURA** alega que o projeto Linha Verde foi criado para beneficiar quem usa o transporte coletivo, ou seja, quem anda de ônibus.
> **A LINHA** Verde foi ampliada para táxis, vans e veículos com três ou mais passageiros.
> **ALÉM DISSO**, alega o executivo municipal, é muito mais sustentável porque incentiva o transporte coletivo em detrimento do individual. Por isso, o nome do projeto é Linha Verde.

A ação

> **A MORADORA** Lícia Rezende entrou com uma ação na justiça.
> **NO TEXTO**, ela disse que o projeto foi implantado sem debate com a população por meio de audiência pública e que a mudança tem gerado grande transtorno no trânsito.
> **MORADORES** reclamaram de que a destinação exclusiva para uma faixa aumentou o congestionamento.

A suspensão

> **A LINHA VERDE** foi suspensa em 21 de março por decisão do juiz Mário da Silva Nunes Neto.
> **NO TEXTO**, ele disse que houve violação da lei por parte da prefeitura.
> **"O MUNICÍPIO** não discutiu com a população o Projeto Linha Verde, sob o argumento de que a Dante Michelini não pertence a nenhum bairro e é um corredor metropolitano, como se não houvesse obrigação legal de fazê-lo. Deveria ter sido convocada audiências públicas para que fosse discutido o Plano de Mobilidade", diz a decisão.
> **O JUIZ** também lembrou dos "intermináveis congestionamentos."

As liminares

> **PREFEITURA** conseguiu liminar para que a Linha Verde voltasse a funcionar no dia 10 de abril.
> **AGORA**, a Justiça vai avaliar liminares e decidir se mantém ou suspende novamente a faixa exclusiva.

Fonte: Pesquisa/AT.

Prefeitura estudará multas após posição da Justiça

Se o resultado da decisão judicial sobre a Linha Verde for positivo para a Prefeitura de Vitória na próxima terça-feira, o executivo municipal disse que estudará se começa ou não a multar motoristas que utilizarem a terceira faixa – que atualmente é exclusiva para ônibus, táxis, vans e veículos com três ou mais passageiros.

"Isso será estudado após o resultado", disseram por meio de nota. A Prefeitura de Vitória informou também que não há previsão para início das multas.

O município lembrou ainda que já está sendo feita a conscientização dos motociclistas e motoristas em evitar o uso da faixa exclusiva.

"Estamos fazendo campanhas educativas com agentes de trânsito em dias e horários diferentes para abranger um número cada vez maior de pessoas."

PROJETOS

Há também um projeto de outra Linha Verde entre a Enseada do Suá e a Praia do Canto, nos mesmos moldes da linha de Camburi.

Um teste já foi feito, avaliado como positivo para a cidade, mas não há necessidade de novas experiências no trecho, informaram.

A Prefeitura de Vitória disse ainda que os estudos dessa nova linha exclusiva estão em andamento.

Já o projeto que prevê faixa exclusiva até o Centro da capital, próximo à Rodoviária de Vitória, está mantido, mas a prefeitura não detalhou o cronograma de execução. Segundo o executivo, está "em estudo."

GIRO RÁPIDO

Criança que perdeu o braço será indenizada

A 3ª Vara Cível de Vila Velha condenou uma empresa de transporte rodoviário a pagar uma indenização de R$ 250 mil a uma criança que, em razão de um acidente, teve um braço amputado.

O ônibus seguia de Vitória para Porto Seguro/BA quando se envolveu no acidente que ocasionou o tombamento do veículo e culminou com a lesão corporal grave na criança, que tinha oito anos na época.

Aplicativo mostra vagas para estacionar

Os usuários do rotativo de Vitória já podem baixar um novo aplicativo para terem mais comodidade e segurança ao estacionar seus carros nos bairros atendidos pelo sistema na capital.

O aplicativo Vixpark (www.vixpark.com.br) indica as ruas que são mais ocupadas e aquelas que têm menor procura.

DIVULGAÇÃO

ROTATIVO ganha novo aplicativo

Polícia investiga venda de suspensão de multas

A Polícia Civil está investigando a venda de suspensão de multas dentro do Detran do Estado. Segundo o diretor geral do Detran, Romeu Scheibe, isso vem acontecendo desde o começo do ano.

"Golpistas estão usando imagens nossas para aplicar golpes e, com isso, criam mensagens falsas no WhatsApp que são vinculadas. O suspeito diz que cancela multas", alertou Romeu.

Rampa de acesso à Praia Rasa é recuperada

A Prefeitura de Vila Velha realizou na última terça-feira serviços de concretagem na rampa que dá acesso à Praia Rasa no bairro Ponta da Fruta.

Ela foi destruída devido ao avanço do mar que danificou a estrutura em abril deste ano. Segundo a prefeitura, existem projetos e estudos para construção de um píer e aterramento da praia para recuperação da orla de Ponta da Fruta.

TRIBUNA ONLINE
Pág. Web - Economia - 11 de outubro de 2018

ECONOMIA

Grávida demitida tem direito a indenização mesmo se patrão desconhecer gravidez

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (10) que empregadores devem pagar indenização a mulheres gestantes que forem demitidas mesmo quando eles desconhecerem a gravidez. A indenização é decorrente da estabilidade provisória garantida por lei desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Os ministros julgaram o recurso de uma empresa contra uma decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que assegurou a uma funcionária demitida o recebimento da indenização. No caso, nem ela nem o patrão sabiam da gravidez no momento da dispensa, mas ficou comprovado posteriormente que ela já estava grávida quando foi desligada.

O relator do processo, ministro Marco Aurélio, assentou a tese de que a mulher só tem direito à indenização se o empregador tiver conhecimento da gravidez antes da dispensa. Os demais ministros que participaram do julgamento tiveram entendimento contrário e o relator foi vencido.

Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, afirmou que a confirmação da gravidez, prevista na lei para que haja estabilidade no emprego, não se confunde com uma comunicação formal da funcionária ao seu empregador.

"Constatado que houve a gravidez antes da dispensa arbitrária, entendo que incide a estabilidade. O que importa é [se] estava ou não grávida antes da dispensa. Obviamente, se não conseguir comprovar que a gravidez era preexistente à dispensa arbitrária, não haverá a estabilidade", disse Moraes.

Para o ministro, que foi acompanhado pela maioria, o requisito para que a empregada faça jus à indenização é unicamente biológico, pois a legislação visa proteger a vida nos seus estágios iniciais.

Acompanharam Moraes os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e o presidente da corte, Dias Toffoli. Não participaram do julgamento Rosa Weber, Cármen Lúcia e Celso de Mello.